

A regra de fé e as Escrituras: uma breve análise da regra de fé na interpretação teológica evangélica contemporânea das Escrituras

The rule of faith and Scripture: a brief analysis of the rule of faith in contemporary evangelical theological interpretation of Scripture

*Adriani Milli Rodrigues**

Resumo

Uma das características do movimento de interpretação teológica das Escrituras é o uso da regra de fé na interpretação bíblica. Contudo, uma comparação de teólogos evangélicos nesse movimento revela que há discordâncias significativas com respeito ao conceito da regra e a sua função hermenêutica. Nesse sentido, o presente estudo objetiva clarificar essas discordâncias e analisá-las brevemente. Este artigo sugere que uma interação com as noções de tradições apostólica e pós-apostólica de Cullmann e o conceito de regra de fé em Irineu são úteis para a compreensão do conceito e função da regra de fé.

Palavras-chave: Regra de fé. Hermenêutica bíblica. Interpretação teológica. Tradição.

Abstract

One of the features of the Theological Interpretation of Scripture movement is the use of the rule of faith in biblical interpretation. However, a comparison of evangelical scholars in this movement shows that there are significant disagreements on the concept of the rule and its hermeneutical role. In this sense, the present study attempts to clarify these disagreements and briefly analyses them. This article suggests that an engagement with Cullman's notions of apostolic and post-apostolic traditions and with Irenaeus' concept of rule of faith are useful for the understanding of the concept and role of the rule of faith.

Keywords: Rule of Faith. Biblical hermeneutics. Theological interpretation. Tradition.

* Doutor em Teologia. Professor de teologia sistemática da Faculdade de Teologia do UNASP. E-mail: adriani.milli@unasp.edu.br

Introdução

As duas últimas décadas testemunharam o desenvolvimento de um movimento que procura retomar a interpretação teológica das Escrituras. Em sua valorização de aspectos da exegese patrística,¹ a contemporânea Interpretação Teológica das Escrituras (em inglês TIS) enfatiza o conceito de regra de fé,² buscando refletir a prática da igreja antiga (particularmente de Irineu e Tertuliano) de ler as Escrituras sob a guia dessa regra (Treier, 2008, p. 57). Na igreja antiga, ela era “a soma do conteúdo do ensino apostólico”, uma “confissão de fé” usada particularmente no batismo, que esboçava “os artigos de fé autoritativos” (Greene-McCreight, 2005, p. 703).³ Embora exemplares escritos da regra não sejam exatamente iguais,⁴ suas ocorrências nos escritos de Irineu⁵ e Tertuliano⁶ indicam que os principais itens resumidos na regra de fé são: o Deus único e trinitário; a criação; a encarnação, paixão, ressurreição, ascensão e segunda vinda de Cristo; a ressurreição dos santos; o julgamento e a salvação. De fato, o esboço da regra de fé foi usado como “chave hermenêutica para a interpretação das Escrituras” (Greene-McCreight, 2005, p. 703).

Contudo, no contexto da TIS evangélica, uma leitura atenta de alguns de seus proponentes revela que existem diferenças com relação ao conceito de regra de fé e o seu uso na interpretação bíblica. O propósito do presente estudo é descrever e analisar brevemente as propostas desse conceito na interpretação teológica evangélica, conforme as explicações de Robert Wall, Joel Green, Daniel Treier e Kevin Vanhoozer.⁷ A primeira parte do artigo fará uma descrição básica dessas propostas.

1. Uma breve descrição

1.1. A regra de fé em Robert Wall

Robert Wall define a regra de fé essencialmente como “o coração da fé cristã” que constitui “as marcas dos limites teológicos” do cristianismo (Wall, 2000, p. 89). De acordo com essa perspectiva, ele explica (1) sua concepção da regra de fé e a atividade de interpretação bíblica, (2) sua noção do relacionamento entre a regra de fé e as Escrituras e, finalmente, (3) o escopo da regra de fé.

Em primeiro lugar, uma “interpretação correta é determinada pela coerência do conteúdo e da consequência da interpretação de um texto com a regra de fé da igreja” (Wall, 2000, p. 99). Isso significa que a interpretação adequada não deriva de uma estrita aplicação da metodologia crítica conforme autorizada pelo reconhecido academicismo, que especula sobre os “primeiros significados” do texto, a identidade do autor e o ambiente da audiência primária (Wall, 2000, p. 99). Ao contrário, Wall (2000, p. 93) advoga uma mudança hermenêutica da ênfase na intenção do autor para o “significado divino”, que implica uma ampliação do conceito de audiência pretendida que não se restringe aos leitores originalmente abordados pelo autor, mas que também inclui a igreja contemporânea.

Em segundo lugar, a afirmação de Wall de que a regra de fé é necessária para garantir uma adequada interpretação das Escrituras se explica adicionalmente pelo seu conceito do relacionamento entre a regra de fé e as Escrituras. Ao negar a noção de que as Escrituras interpretam a si mesma, Wall (2000, p. 97) conclui que a interpretação bíblica demanda intérpretes fiéis guiados pela regra de fé. Ademais, ele rejeita a ideia de que as Escrituras e a regra de fé são iguais. Com essa distinção, Wall (2000, p. 98-99) sugere a primazia da regra de fé sobre as Escrituras, que se expressa especialmente pelo argumento histórico de que o cânon bíblico foi formado no tempo de Irineu, com base na coerência de seu conteúdo com a regra de fé.

Em terceiro lugar, a compreensão de Wall com relação ao escopo da regra de fé é influenciada por sua convicção de que a regra não é apenas um resumo das crenças cristãs produzidas no passado. Antes,

a regra existe como várias ‘regras’ de fé que se caracterizam por uma forte similaridade entre elas. Cada regra se conforma, mais ou menos, com as crenças centrais e a lógica mais profunda da regra de fé católica. No entanto, cada comunhão da regra de fé é o produto de muitas pequenas mudanças que ocorreram em cada nova tentativa de responder fielmente, e frequentemente de forma corajosa, às novas contingências e movimentos culturais que a igreja católica encontrou, sempre em um diálogo criativo e aberto com as afirmações de verdade estável confessadas de acordo com a regra. (Wall, 2000, p. 102)

De forma mais clara, as várias tradições e denominações contemporâneas do cristianismo representam diferentes apropriações da antiga regra de fé, com ênfases distintas requeridas por circunstâncias específicas. Com efeito, essa

concepção expandida do escopo da regra de fé implica não somente a primazia dessa regra sobre as Escrituras, mas estabelece, em última instância, a primazia da igreja sobre as Escrituras,⁸ visto que tradições eclesiais contemporâneas funcionam como regra de fé no processo de interpretação das Escrituras.

1.2. A regra de fé em Joel Green

Para Joel Green, o relacionamento entre a regra de fé e a Bíblia suscita a questão do status da doutrina na interpretação teológica das Escrituras. Ao passo que ele compreende a teologia como “contínua reflexão crítica”, a doutrina designa um “ensino autoritativo” e “relativamente estável” que é essencial ao cristianismo (Green, 2011, p. 71-72).⁹ Nesse sentido, a doutrina se refere à “regra de fé e sua codificação nos credos ecumênicos da igreja antiga” (Green, 2011, p. 72). Em contraste com Wall, Green não crê que declarações adicionais de diversas tradições eclesiais contemporâneas sejam uma extensão da regra de fé. Pelo contrário, ele ressalta que essas declarações não são essenciais para a identidade do cristianismo. Entretanto, Green parece concordar com Wall na distinção da regra de fé e a Bíblia. Em seu entendimento, de uma perspectiva histórica, “nós não podemos argumentar que a igreja simplesmente recebeu sua doutrina da Bíblia”. Ele acrescenta que “o cânon da Escritura cristã não existia no período que a regra de fé [...] estava tomando forma entre os teólogos da igreja primitiva” (Green, 2011, p. 72).¹⁰ Além disso, “considerados em seus próprios termos e sem o recurso a uma história ou comunidade de interpretação”, os textos bíblicos podem ser interpretados de formas múltiplas, e muitas dessas formas “poderiam ser consideradas ‘boas leituras’ (ou seja, leituras embasadas por uma cuidadosa análise do texto), mas nem todas são dignas do nome ‘cristã’” (Green, 2011, p. 74).¹¹ Juntamente com essa ideia está a noção de que “a diversidade de vozes e perspectivas dentro das Escrituras e entre os livros bíblicos” encontra unidade, não nas próprias Escrituras, mas na regra de fé (Green, 2011, p. 80).

Green (2011, p. 75) reconhece que esse entendimento corre o risco de reduzir os textos bíblicos “ao papel de marionetes ligadas a fios doutrinários”. Para evitar esse risco, ele propõe, entre outros princípios, que a regra de fé não deveria ser usada para “predeterminar o significado da Bíblia ou para introjetar formulações doutrinárias posteriores na Bíblia” (Green, 2011, p. 77).¹² Outro

desafio para a posição de Green é a questão de como deixar tanto a doutrina da igreja quanto a Bíblia falarem em seus próprios termos e intenções quando há uma discordância entre elas (Green, 2011, p. 75). Um exemplo dessa situação é a tensão entre a Bíblia e os credos da igreja antiga na questão da antropologia. Mais especificamente, Green (2011, p. 81) argumenta que, de acordo com a antropologia bíblica, “nós não *possuímos* alma mas simplesmente *somos* alma”. Em outras palavras, “nós somos caracterizados pela indivisibilidade de nossa vida humana corporal. Nós não necessitamos recorrer à uma segunda entidade, uma alma ou espírito”¹³. Em contraste com essa visão monista do ser humano, a Definição de Calcedônia e o Credo de Atanásio indicam que Jesus tem uma alma racional e um corpo, o que implica uma perspectiva antropológica dualista.

No entanto, Green (2011, p. 85) sublinha que essas declarações de credos essencialmente “afirmam a verdadeira humanidade de Jesus” e não o “dualismo corpo-alma”. Embora essas “declarações empreguem categorias não-bíblicas e uma ciência equivocada, com o resultado de que elas usam essa linguagem problemática de ‘alma racional e corpo humano’ para assegurar sua afirmação da verdadeira humanidade de Jesus”¹⁴, Green crê que “essas declarações de credo focam nos argumentos cristológicos e não estão preocupados com a teologia antropológica em si”. Contudo, essa resposta não parece lidar adequadamente com a possível crítica de que uma visão equivocada da antropologia afeta negativamente a compreensão da humanidade de Cristo.

Em resumo, Green inclui os credos ecumênicos da igreja antiga como parte de sua definição da regra de fé. Considerando que, para ele, a regra não deve ser identificada com a Bíblia, a afirmação de que a regra de fé é indispensável para uma adequada interpretação teológica das Escrituras implica que a eclesiologia tem prioridade sobre as Escrituras, pelo menos em termos da igreja antiga e seus credos.

1.3. A regra de fé em Daniel Treier

De acordo com Treier (2008, p. 64), o argumento de que o “verdadeiro entendimento ‘cristão’ das Escrituras ocorre dentro dos limites da regra de fé e recebe até mesmo uma guia útil da ortodoxia nicena” suscita a questão do “amplo uso da doutrina cristã na interpretação bíblica”, especialmente quando

há discordância entre os ensinamentos de diferentes tradições.¹⁵ De forma mais direta, “uma tradição teológica em particular pode ou deveria informar a interpretação?” (Treier, 2008, p. 64). Sua resposta para essa questão pode ser descrita em dois passos: (1) o relacionamento entre a regra de fé e tradições eclesiológicas contemporâneas, e (2) como a doutrina informa a interpretação bíblica. Em primeiro lugar, Treier (2008, p. 76) considera as doutrinas de tradições eclesiológicas que vão além da informação básica da regra de fé como “extensões da regra”¹⁶. Desse modo, ele propõe um conceito de regra de fé estrito e amplo. De forma estrita, a regra se refere à “herança trinitária e cristológica da igreja antiga que se formalizou em símbolos, tais como o credo niceno” (Treier, 2008, p. 76). Contudo, de forma mais ampla, a regra inclui “a tradição viva” da igreja, a saber, “as confissões ou outros símbolos dogmáticos” que “podem ampliar a função regulativa da doutrina para contextos eclesiológicos mais específicos” (Treier, 2008, p. 201). Assim, ao passo que Treier distingue a regra de fé das tradições/doutrinas eclesiológicas, ele abre espaço para elas no seu conceito da regra, pelo menos no seu sentido amplo. Como resultado, as tradições/doutrinas eclesiológicas parecem ser necessárias para guiar a interpretação bíblica.

No segundo passo, em concordância com Green, ele rejeita a ideia de que a regra de fé necessariamente determina “todas as nossas decisões exegéticas” (Treier, 2008, p. 201), visto que o papel hermenêutico da doutrina não regula a “interpretação bíblica arbitrariamente” (Treier, 2008, p. 77). Antes, Treier (2008, p. 70) estipula que a “doutrina molda tanto as perguntas que nós fazemos para os textos bíblicos como a forma pela qual comunicamos nossas respostas”. De fato, a doutrina opera no nível das pressuposições da interpretação bíblica, desafiando especialmente “suposições culturais” dos intérpretes e promovendo a revisão dessas suposições “à luz de como a igreja tem entendido as Escrituras como um todo” (Treier, 2008, p. 77). Embora as pressuposições sejam frequentemente vistas de forma negativa no contexto da interpretação bíblica, sendo consideradas uma “bagagem” a ser deixada de lado o tanto quanto humanamente possível na busca pela ‘objetividade’, elas efetivamente “fornecem pontos de conexão essenciais para o verdadeiro assunto das Escrituras” (Treier, 2008, p. 202).

Finalmente, ao contrário de Wall e Green, Treier procura evitar a ideia de que a eclesiologia tem prioridade sobre as Escrituras na interpretação bíblica.

Consciente dessa implicação em muitas propostas da TIS contemporânea, ele sublinha que “o tema essencial de muito da literatura sobre a interpretação teológica das Escrituras” parece ser a igreja (Treier, 2008, p. 201). Mas Treier sugere que o assunto mais importante na interpretação teológica é Deus, e não a igreja. Essa sugestão considera “a fraqueza da igreja e sua necessidade de correção bíblica”, o que pressupõe a primazia das Escrituras sobre a igreja (Treier, 2008, p. 204). Ademais, o reconhecimento da fraqueza da igreja admite a fraqueza dos intérpretes das Escrituras. Mais especificamente, “embora a verdade seja ampla e certa em termos do conhecimento de Deus, a percepção humana” é finita e caída. Portanto, “em qualquer tempo e lugar nós vemos apenas parcialmente” (Treier, 2008, p. 202). Nesse contexto, ele recomenda que intérpretes das Escrituras sejam abertos à correção ao lerem os textos, permitindo que as Escrituras retifiquem suas perspectivas e pressuposições (Treier, 2008, p. 202).

1.4. A regra de fé em Kevin Vanhoozer

Assim como Treier, Kevin Vanhoozer rejeita a primazia da igreja sobre as Escrituras. Ele critica o argumento “da autoridade da tradição”, a saber, a ideia de que o cânon é insuficiente para a interpretação bíblica e que a regra de fé é a chave hermenêutica, dada pelo Espírito Santo e articulada pelos pais antenicanos, que dá acesso ao correto significado das Escrituras (Vanhoozer, 2005b, p. 203). Enquanto Vanhoozer reconhece que há lugar para uma visão positiva da tradição, e mesmo para o reconhecimento da obra do Espírito na igreja e na tradição, ele enfatiza a importância de se admitir a fraqueza da igreja e da tradição. Em suas palavras, “a tradição, na medida em que ela é uma obra do Espírito que preserva e prolonga a palavra, é realmente autoritativa. [...] Ao passo que a tradição é inevitável, ela também é corrigível; nós não podemos presumir que sempre há uma coincidência entre a obra do Espírito e o que uma igreja em particular faz” (Vanhoozer, 2005b, p. 208). Para Vanhoozer, os pais da igreja não tiveram a intenção de controlar o significado das Escrituras pela regra de fé. Ao contrário, sua intenção era “confessar o que as Escrituras de fato significam” (Vanhoozer, 2005b, p. 206). Assim, “confissão” é a melhor descrição da regra de fé (Vanhoozer, 2005b, p. 206-207), e isso se coaduna com o seu antigo uso “como confissão batismal” (Vanhoozer, 2005b, p. 203).

Além disso, ele concorda com Treier que a regra de fé opera no nível das pressuposições na interpretação bíblica. De fato, “o propósito da regra é fornecer aos leitores das Escrituras pressuposições adequadas acerca do seu assunto básico” (Vanhoozer, 2005b, p. 203).¹⁷ De forma mais concreta, a regra de fé fornece a pressuposição das “Escrituras enquanto uma narrativa unificada,” que requer a leitura do AT em conexão com o NT, e a identificação do “Deus Criador com Deus Pai de Jesus Cristo” (Vanhoozer, 2005b, p. 204).¹⁸ Logo, a regra de fé pressupõe a unidade das Escrituras, que se opõe à posição de que “os diferentes textos bíblicos não seriam uma Escritura unificada separada de seu uso na comunidade de fé que governa a regra” (Vanhoozer, 2005b, p. 205). Enquanto no argumento da autoridade da tradição o princípio de unidade na interpretação bíblica se encontra na regra de fé, para Vanhoozer, o princípio da unidade está na própria Escritura, e a regra de fé apenas o torna explícito.¹⁹ Diferente do argumento da autoridade da tradição, onde a regra é um “controle ‘extratextual’” da interpretação, “a regra de fé é verdadeiramente uma serva da intratextualidade” (Vanhoozer, 2005b, p. 205-206). Nesse sentido, “a autoridade da regra depende de sua conformidade com as Escrituras,” e o “propósito último da regra de fé é deixar a Escritura interpretar a Escritura” (Vanhoozer, 2005b, p. 206-207).

A noção da regra de fé operando no nível de pressuposições na interpretação bíblica clarifica a afirmação de que a regra oriunda das Escrituras, permitindo que a Escritura interprete a si mesma. Vanhoozer (2002, p. 287) enfatiza que “toda exegese pressupõe alguma teologia.” A crença de que “a Escritura interpreta a Escritura” nunca significou que a interpretação poderia ocorrer sem intérpretes com suas pressuposições, mas apenas que essas pressuposições deveriam ser derivadas das Escrituras” (Vanhoozer, 2005b, p. 206). Assim, a regra de fé permite que a Escritura interprete a si mesma ao fornecer pressuposições que derivam da própria Escritura.

Ademais, Vanhoozer parece concordar com a afirmação de Treier sobre a fraqueza dos intérpretes das Escrituras e sua necessidade de constante correção, particularmente no nível das pressuposições. Para ele, o processo de interpretação bíblica “nos oferece uma oportunidade para refinar, ou mesmo corrigir, nossa compreensão teológica anterior” (Vanhoozer, 2002, p. 287).²⁰

2. Uma breve análise

Após a descrição dessas quatro posições, a presente seção procurará brevemente resumir, clarificar, comparar e analisar as principais ideias apresentadas acima, especialmente à luz da noção de tradições apostólica e pós-apostólica em Cullmann e o conceito de regra de fé em Irineu. Em realidade, a descrição acima parece sugerir que os quatro teólogos evangélicos podem ser divididos, de forma geral, em dois grupos principais, com base no uso hermenêutico da regra de fé. Um grupo tende a enfatizar o papel da igreja, ao passo que o outro tende a ressaltar o papel do texto bíblico em si mesmo.

2.1. A ênfase na regra de fé e a igreja

No primeiro grupo, Wall e Green advogam duas ideias básicas sobre a regra de fé. Primeiramente, a regra não pode ser identificada com as Escrituras, pois ela é historicamente anterior a elas e o cânon foi formado com base no critério da regra. Do mesmo modo, a interpretação das Escrituras é válida (no sentido de ser cristã) na medida em que ela concorda com a regra de fé. Associada a esse argumento está a noção de que não é suficiente utilizar a própria Escritura para interpretá-la. Portanto, a regra é necessária para a interpretação bíblica. Em segundo lugar, a regra de fé inclui os credos e doutrinas da igreja. Green parece incluir apenas os credos da igreja antiga, enquanto que para Wall a regra de fé compreende também as doutrinas de tradições eclesiais contemporâneas.

A argumentação de Green expõe importantes implicações para essa concepção de regra de fé que enfatiza a igreja. Por exemplo, ele procura demonstrar que o uso hermenêutico da regra não representa uma imposição da doutrina sobre as Escrituras. Contudo, se a regra de fé e as Escrituras não são iguais, e se uma interpretação cristã adequada das Escrituras é em grande medida dependente do uso da regra, então não é suficientemente claro como uma imposição de doutrina extra-bíblica (mesmo da igreja antiga) pode ser evitada.

Além disso, Green revela um caso problemático de discordância entre os credos e a Bíblia no campo da antropologia. Provavelmente, um ponto central na abordagem de Green é a sua distinção entre teologia como reflexão contínua e

doutrina como essencialmente estável e autoritativa. Considerando que nessa distinção a doutrina não parece estar aberta a correções e que sua definição de regra de fé inclui a doutrina dos credos da igreja antiga, ele evita a conclusão de que os credos deveriam ser corrigidos por sua compreensão da antropologia bíblica. Logo, em uma perspectiva sistemática, Green não reconhece que a distinção entre o seu entendimento de antropologia bíblica e a antropologia dos credos leva, em última instância, a cristologias diferentes, no sentido de que diferentes antropologias produzem visões distintas da humanidade de Cristo.²¹

2.2. Ênfase na regra de fé e no texto bíblico

No segundo grupo, Treier e Vanhoozer afirmam a identidade da regra de fé com o próprio texto bíblico.²² Eles evitam a noção de uma regra de fé que enfatiza a igreja porque ambos os teólogos ressaltam a fraqueza da igreja e da tradição, bem como sua necessidade de correção bíblica. Ademais, esses teólogos salientam o conceito de regra de fé que opera no nível das pressuposições teológicas do intérprete. Visto que a regra se identifica com a Escritura, eles estipulam que essas pressuposições devem ser oriundas das próprias Escrituras. Em outras palavras, a autoridade da regra de fé para propósitos hermenêuticos depende de sua conformidade à Escritura. Essa discussão sobre pressuposições inclui dois aspectos principais, a saber, (1) o fato de que o intérprete tem pressuposições e (2) o conteúdo dessas pressuposições. Com respeito ao primeiro aspecto, Vanhoozer e Treier sublinham a fraqueza do intérprete (bem como da igreja), especificamente em termos de sua percepção finita, caída e parcial, o que revela a necessidade de constante correção e refinamento de pressuposições na leitura das Escrituras. Sobre o segundo aspecto, Vanhoozer crê que a principal pressuposição da regra de fé é o reconhecimento da unidade da Escritura, o que permite que ela interprete a si mesma.

Concisamente, esse grupo enfatiza a fraqueza da igreja e do intérprete, bem como a noção de regra de fé como pressuposição teológica. Todavia, dois pontos ainda não são suficientemente claros nessa abordagem. Primeiramente, na dupla definição da regra de fé em Treier, a definição estrita parece concordar com a definição de regra de fé em Green (um resumo do ensino apostólico e os credos ecumênicos da igreja antiga), e a definição ampla parece concordar com a de Wall (inclusão da ampliação doutrinária das tradições eclesiásticas

contemporâneas). De fato, sua crença de que essas tradições e doutrinas eclesiais são necessárias para a interpretação bíblica suscita as seguintes questões: como Treier responderia ao exemplo de Green sobre a discordância entre as Escrituras e os credos antigos? Esses credos precisam de correção bíblica na área de antropologia? Se sim, poderiam eles servir como pressuposição hermenêutica para a interpretação das Escrituras? Nesse caso, seria apropriado considerar os credos regra de fé? Em segundo lugar, na discussão da identidade da regra de fé e as Escrituras, Vanhoozer e Treier não parecem responder, pelo menos não explicitamente, o argumento usado por Wall e Green de que a regra de fé precede historicamente a Bíblia como cânon e que, então, a regra tem prioridade sobre as Escrituras.

O presente artigo sugere que essa discussão do relacionamento entre a regra de fé e o cânon da Escritura pode ser enriquecida pela noção de tradições apostólica e pós-apostólica em Cullmann e pelo conceito de regra de fé em Irineu.

2.3. A contribuição de Oscar Cullmann

Em seus comentários sobre a regra de fé e o cânon bíblico nos primeiros séculos, Cullmann rejeita a distinção entre tradição oral e Escrituras, onde a regra de fé seria uma tradição oral distinta das Escrituras. Antes, ele propõe a diferenciação entre “tradição apostólica e tradição eclesial [ou pós-apostólica], a primeira sendo o fundamento da segunda” (Cullmann, 1993, p. 129-130).²³ Nessa perspectiva, “o que interessa não é se a tradição apostólica era oral ou escrita, mas que ela foi estabelecida pelos apóstolos” (Cullmann, 1993, p. 138). Em outras palavras, não há dicotomia entre a regra de fé (vista apenas como um resumo do ensino apostólico) e as Escrituras, porque ambos estão na categoria de tradição apostólica.

Cullmann argumenta que isso pode ser observado na formação do cânon bíblico. Para ele, a existência do cânon indica que a igreja em um determinado ponto estava “perdendo o critério para julgar a validade da afirmação de apostolicidade feita pelas várias tradições em circulação” e, então, a igreja percebeu que “sem uma norma escrita superior seu ofício de ensino não poderia manter pura a tradição apostólica” (Cullmann, 1993, p. 140, 142).²⁴ Portanto, “ao estabelecer o princípio de um cânon a igreja [...] declarou implicitamente que

daquele momento em diante cada tradição subsequente deveria ser submetida ao controle da tradição apostólica” (Cullmann, 1993, p. 140).

De fato, a afirmação de que a regra de fé precede historicamente as Escrituras necessita ser devidamente qualificada, pois a ideia de dar autoridade normativa à regra de fé “foi concebida ao mesmo tempo que foi dada autoridade normativa ao cânon, isto é, em meados do segundo século” (Cullmann, 1993, p. 144). Em outras palavras, “o estabelecimento definitivo da regra de fé apostólica corresponde exatamente à mesma necessidade de codificar a tradição apostólica como feita na canonização dos escritos apostólicos [...] os dois formam desde então um bloco da tradição apostólica distinto da tradição pós-apostólica” (Cullmann, 1993, p. 144).²⁵

Desse modo, esse conceito de tradição apostólica, que compreende a regra de fé e as Escrituras, restringe o escopo da regra de fé apenas à tradição apostólica, que não inclui os credos pós-apostólicos e as doutrinas da igreja. Além disso, esse conceito afirma a identidade da regra de fé e as Escrituras. Essa identidade parece ser confirmada por Irineu no segundo século.

2.4. A regra de fé em Irineu

Irineu se refere à regra de fé como “a verdade”, “o cânon (ou regra) da verdade” (Hefner, 1964, p. 299),²⁶ que ele concebe como moldura hermenêutica para uma interpretação adequada das Escrituras.²⁷ A regra de fé é “um sistema orgânico ou moldura que constitui a forma e o significado da revelação de Deus. Sem o sistema, a revelação de Deus não inteligível. Colocado em outro sistema, essa revelação é distorcida e pervertida”, e, para Irineu, esse é o caso dos valentianianos (Hefner, 1964, p. 299). A abordagem deles é comparada a alguém reorganizando as peças da bela imagem de um rei em um mosaico, formado de joias preciosas por um talentoso artista, para formar a imagem de um cachorro ou de uma raposa. Assim, os valentianianos rompem o sistema encontrado nas Escrituras e usam as peças para formar seu próprio sistema.²⁸ Contudo, Irineu enfatiza que aqueles que conhecem previamente o correto sistema das Escrituras são capazes de reconhecer as peças bíblicas sem serem enganados pelo falso mosaico.²⁹

Nessas considerações, a regra de fé parece ser descrita como uma moldura ou sistema que serve como pressuposições ou pré-entendimentos adequados para a atividade de interpretação bíblica.³⁰ Todavia, essa regra não parece ser distinta das Escrituras. Em sua crítica aos valentianianos, Irineu (*Against Heresies* 1.8.1) argumenta que, ao “violentamente romperem as conexões próprias, as palavras, expressões e parábolas” eles “desconsideram a ordem e a conexão das Escrituras” e, em última instância, “desmembram e destroem a verdade” (Roberts et al., 1997, p. 326).³¹

Irineu (*Against Heresies* 2.27.2) indica que “as Escrituras como um todo [...] podem ser clara, inequívoca e harmoniosamente compreendidas por todos” (Roberts et al., 1997, p. 398). Nesse sentido, Irineu (*Against Heresies* 2.27.1) argumenta que não se deve “aplicar expressões que não são claras ou evidentes para interpretações das parábolas” porque, se isso é feito, “ninguém irá possuir a regra da verdade; mas de acordo com o número de pessoas que explicam as parábolas serão encontrados vários sistemas de verdade, em mútua oposição”. Por outro lado, se a interpretação é baseada no que é claro e evidente nas Escrituras, então “o corpo da verdade permanece inteiro, com uma harmoniosa adaptação de seus membros, e sem qualquer colisão [de suas várias partes]” (Roberts et al., 1997, p. 398). Em síntese, Irineu afirma a identidade entre a regra de fé e as Escrituras, e que essa regra deriva de um sistema evidente nas Escrituras.

Considerações finais

A contribuição básica desse estudo é a identificação e clarificação dos principais pontos presentes na discussão do uso da regra de fé na TIS evangélica. Embora a distinção de Cullmann entre as tradições apostólica e pós-apostólica, bem como a exposição da visão de Irineu sobre a regra de fé não foram utilizados nesse artigo como critério normativo para avaliar a plausibilidade das propostas na TIS evangélica, esses conceitos oferecem formas significantes de se pensar o relacionamento entre a regra de fé e as Escrituras, especialmente se considerarmos que a TIS objetiva recuperar as práticas da igreja antiga, conforme exemplificado pelo uso da regra de fé em Irineu.

O presente artigo apresenta duas considerações finais. Primeiro, a partir da perspectiva da distinção entre tradição apostólica e pós-apostólica em Cullmann, há uma tendência geral na TIS evangélica de se definir a regra de fé em um escopo amplo que vai além de um resumo do ensino apostólico. Enquanto Green adiciona os credos da igreja antiga, Wall e Treier tendem a incluir também extensões de doutrinas e tradições eclesiais contemporâneas. Desse modo, o amplo escopo das definições da regra de fé acabam incluindo a tradição pós-apostólica. Isso suscita a pergunta por uma justificativa histórica e teológica para a sustentação de um amplo escopo da regra de fé. Em segundo lugar, a noção de identidade entre a regra de fé e as Escrituras em Irineu parece pressupor a clareza e a unidade das Escrituras. A descrição acima indicou que Green parece rejeitar essas pressuposições, enquanto Vanhoozer parece afirmá-las. Considerando que ambos defendem uma retomada crítica da hermenêutica patrística,³² eles poderiam explicar em que sentido suas posições são similares ou diferentes da concepção de Irineu acerca da regra de fé e suas pressuposições.

De modo geral, o presente estudo sugere que um engajamento da TIS com a noção de tradições apostólica e pós-apostólica em Cullmann, bem como com o conceito de regra de fé em Irineu, pode enriquecer a reflexão sobre o papel da regra de fé na interpretação teológica das Escrituras.

Referências bibliográficas³³

- BOKEDAL, T. The Rule of Faith: Tracing Its Origins. *Journal of Theological Interpretation*, v. 7, p. 233-255, 2013.
- BRUCE, F. F. *The Canon of Scripture*. Downers Grove, IL: InterVarsity, 1988.
- BRUCE, F. F. *The New Testament Documents: Are They Reliable?* Grand Rapids, MI; Downers Grove, IL: Eerdmans; InterVarsity, 2003.
- CAMPENHAUSEN, H. V. *Ecclesiastical Authority and Spiritual Power in the Church of the First Three Centuries*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1969.
- CULLMANN, Oscar. The Tradition. In: FERGUSON, E. (Ed.). *The Bible in the Early Church*. New York: Garland, 1993.
- GRECH, P. S. The Regula Fidei as a Hermeneutical Principal in Patristic Exegesis. In: KRAŠOVEC, J. (Ed.). *The Interpretation of the Bible: The International Symposium in Slovenia*. Sheffield, England: Sheffield Academic Press, 1998.

- GREEN, J. B. *Body, Soul, and Human Life: The Nature of Humanity in the Bible*. Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2008.
- GREEN, J. B. *Practicing Theological Interpretation: Engaging Biblical Texts for Faith and Formation*. Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2011.
- GREENE-McCREIGHT, K. Introducing Premodern Scriptural Exegesis. *Journal of Theological Interpretation*, v. 4, p. 1-6, 2010.
- GREENE-McCREIGHT, K. Rule of Faith. In: VANHOOZER, K. J. et al. (Ed.). *Dictionary for Theological Interpretation of the Bible*. London; Grand Rapids, MI: SPCK; Baker Academic, 2005.
- HANSON, R. P. C. *Tradition in the Early Church*. London: SCM, 1962.
- HARTOG, Paul. The 'Rule of Faith' and Patristic Biblical Exegesis. *Trinity*, v. 28, p. 65-86, 2007.
- HEFNER, P. Theological Methodology and St. Irenaeus. *The Journal of Religion*, v. 44, p. 294-309, 1964.
- HENDERSON, D. Irenaeus on the Rule of Faith. In: LAZARETH, W. H. (Ed.). *Reading the Bible in Faith: Theological Voices from the Pastorate*. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2001.
- KELLY, J. N. D. *Early Christian Creeds*. London; New York: Continuum, 2006.
- McGRATH, A. E. *The Genesis of Doctrine: A Study in the Foundations of Doctrinal Criticism*. Oxford, UK; Cambridge, MA: Blackwell, 1990.
- ROBERTS, A. et al. (Ed.). *The Ante-Nicene Fathers: Translations of the Writings of the Fathers Down to A.D. 325*. Vol. 1. Edinburgh; Grand Rapids, MI: T&T Clark; Eerdmans, 1997.
- SCHAFF, P. *The Creeds of Christendom: With a History and Critical Notes*. Vol. 2. New York: Harper and Brothers, 1877.
- SWAIN, S. R. A Ruled Reading Reformed: The Role of the Church's Confession in Biblical Interpretation. *International Journal of Systematic Theology*, v. 14, p. 177-193, 2012.
- TREIER, D. J. *Introducing Theological Interpretation of Scripture: Recovering a Christian Practice*. Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2008.
- VANHOOZER, K. J. *First Theology: God, Scripture and Hermeneutics*. Downers Grove, IL; Leicester, England: InterVarsity; Apollos, 2002.
- VANHOOZER, K. J. Introduction: What is Theological Interpretation of the Bible. In: VANHOOZER, K. J. et al. (Ed.). *Dictionary for Theological Interpretation of the Bible*. London; Grand Rapids, MI: SPCK; Baker Academic, 2005a.
- VANHOOZER, K. J. *The Drama of Doctrine: A Canonical-Linguistic Approach to Christian Theology*. Louisville: Westminster John Knox Press, 2005b.
- WALL, R. W. Reading the Bible from within Our Traditions: The 'Rule of Faith' in Theological Hermeneutics. In: GREEN, J. B.; TURNER, M. *Between Two Horizons: Spanning New Testament Studies and Systematic Theology*. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2000.

¹ Para comentários acerca da valorização da exegese patrística na contemporânea interpretação teológica das Escrituras, veja Treier (2008, p. 39). Para informações sobre exegese pré-crítica, veja Greene-McCreight (2010, p. 1-6).

² Veja Swain (2012, p. 77).

³ Ao longo desse artigo, as citações diretas em português de textos que se encontram originalmente em inglês seguem tradução livre.

⁴ Para exemplares da regra de fé na igreja antiga, veja Schaff (1877, p. 11-44).

⁵ Veja Irineu *Against Heresies* 1.10.1. Para comentários sobre ocorrências da regra de fé nos escritos de Irineu, veja Bokedal (2013, p. 238-239).

⁶ Veja Tertuliano *The Prescription against Heretics* 19; *Against Praxeas* 2; *On the Veiling of Virgins* 1.

⁷ A seleção desses quatro nomes não representa uma lista exaustiva de teólogos evangélicos que lidam com a regra de fé, mas é simplesmente uma seleção dentre esses teólogos.

⁸ Isso pode ser observado na declaração de Wall de que a função das Escrituras é, de algum modo, definida pela autoridade eclesial. Em suas palavras, “a autoridade eclesial, então, confere às Escrituras papéis específicos a desempenhar na formação dos cristãos — nada mais que isso, mas certamente nada menos” (Wall, 2000, p. 104).

⁹ Essa noção de doutrina é derivada de McGrath (1990, p. 11-12).

¹⁰ Similar à visão de Wall, Green (2011, p. 72) afirma que “o critério primário pelo qual” os livros canônicos “compuseram o Novo Testamento foi a coerência deles com o kerygma, conforme articulado na regra de fé.”

¹¹ Para Green (2011, p. 74), “*Sola Scriptura* nunca pode garantir que é cristão.”

¹² Outros princípios são: a regra de fé não é “a superestrutura que tem as Escrituras como sua subestrutura;” “credos ecumênicos não apenas resumem o ‘material’ da Bíblia;” seguindo a antiga exegese patrística, “a interpretação adequada das Escrituras deve expressar a sua ordem geral de estrutura” e, de acordo com Karl Barth, “o ‘todo’ dentro do qual as partes da Bíblia devem ser compreendidas foi o seu testemunho unificado para Deus” (Green, 2011, p. 77-78).

¹³ Para informações adicionais sobre essas conclusões na antropologia bíblica, veja Green (2008). Green (2011, p. 81) revela que seus críticos não contestaram as conclusões de seu estudo antropológico no campo exegético, mas argumentaram que essas conclusões divergem das declarações de credos da igreja cristã.

¹⁴ “Para articularem suas afirmações acerca da verdadeira humanidade de Jesus, os pais da igreja utilizaram categorias da antiga ciência e filosofia grega — não as categorias das Escrituras, mas aquelas da antiga e desenvolvida tradição platônica. Trabalhando a partir dessas categorias, os pais da igreja analisaram a afirmação de que Jesus é verdadeiramente humano nos termos do dualismo corpo-alma, e essa afirmação abriu caminho nas declarações de credo nesses termos: ‘uma alma racional e corpo humano’” (Green, 2011, p. 94).

¹⁵ Com relação ao credo niceno, Treier (2008, p. 62) enfatiza que as “passagens do Novo Testamento juntas podem ensinar o mesmo julgamento que encontramos no credo niceno, mesmo se elas não contêm a linguagem filosófica grega desenvolvida posteriormente.”

¹⁶ Treier (2008, p. 76) reconhece que “defensores da interpretação teológica das Escrituras provavelmente conferem menor autoridade a algumas declarações doutrinárias em comparação com a própria regra de fé, e conferem graus variados de autoridade dependendo das tradições em particular.”

¹⁷ Veja também Vanhoozer (2002, p. 287).

¹⁸ Veja também Vanhoozer (2002, p. 286).

¹⁹ A “regra de fé explicita o que já está *implícito* nas Escrituras canônicas” (Vanhoozer, 2002, p. 294).

²⁰ Vanhoozer parece empregar os termos *pressuposição* e *pré-entendimento* intercambiavelmente. Referindo-se à regra de fé, em *First Theology* ele emprega a terminologia de *pré-entendimento* (Vanhoozer, 2002, p. 287, 293), enquanto que em *The Drama of Doctrine* ele usa o termo *pressuposição* (Vanhoozer, 2005b, p. 203, 206). Logo, uma compreensão teológica prévia funciona como pressuposição para a interpretação das Escrituras.

²¹ Este ponto não é invalidado pela crítica barthiana que apenas reflete sobre a antropologia a partir da cristologia, e não o contrário. Enquanto o estudo da humanidade de Cristo é certamente necessário para uma compreensão adequada da antropologia, é difícil argumentar que um estudo sobre a natureza humana na Bíblia (como o útil estudo antropológico de Green) não tenha qualquer impacto na compreensão da humanidade de Cristo.

²² Vanhoozer parece ser mais explícito nesse sentido.

²³ Cullmann (1993, p. 109) emprega “o termo ‘apostólico’ no sentido histórico estrito, e não no sentido amplo frequentemente dado a ele por eruditos católicos que identificam a tradição apostólica e eclesiástica.” Essa distinção entre tradição apostólica e pós-apostólica é baseada na noção de singularidade do apóstolado: “o apóstolado é por definição um ofício singular que não pode ser delegado. De acordo com Atos 1:22, o apóstolo é singular, por conta do testemunho direto da ressurreição [...] Os bispos sucederam os apóstolos, mas em um nível completamente diferente. Eles lhes sucedem, não como apóstolos mas como bispos, cujo ofício também é importante para a igreja, mas bem distinto. Os apóstolos não nomearam outros apóstolos, mas bispos.” Ademais, “a igreja também testemunha de Cristo. Mas ela não pode testemunhar de forma direta como os apóstolos. Seu testemunho é um testemunho derivado, porque ele não se caracteriza pela revelação direta que foi o privilégio dos apóstolos apenas, enquanto testemunhas oculares” (Cullmann, 1993, p. 127-128). Veja também Campenhausen (1969, p. 295).

²⁴ “O estabelecimento do cânon cristão das escrituras significa que a própria igreja, em um dado momento, traçou uma linha de demarcação clara e definida entre o período dos apóstolos e o da igreja, entre o tempo da fundação e o da construção, entre a comunhão apostólica e a igreja dos bispos, em outras palavras, entre a tradição apostólica e a tradição eclesiástica. De outro modo, a formação do cânon não teria sentido” (Cullmann, 1993, p. 139).

²⁵ “Por conta da má compreensão do significado de certas declarações dos pais do segundo século, nós estamos muito acostumados a contrastar a regra de fé e o cânon” (Cullmann, 1993, p. 144). Bruce (2003, p. 18) confirma que “os primeiros passos na formação de um cânon de livros cristãos autoritativos, dignos de ficarem ao lado do cânon do Antigo Testamento, que era a Bíblia de nosso Senhor e Seus apóstolos, foram tomados provavelmente no início do segundo século.”

²⁶ Irineu também se refere a esse conceito como “o corpo da verdade,” e “a hipótese da fé” (Hefner, 1964, p. 299). Embora esse conceito seja geralmente usado para descrever esboços de declarações da crença cristã que circularam no segundo e terceiro séculos, ele é primeiramente encontrado em Irineu, visto que este “criou toda a sua teologia ao redor da escritura e a *regula fidei*” (Grech, 1998, p. 590). Veja também Hanson (1962, p. 75); Kelly (2006, p. 76-82). Para informações adicionais sobre o conceito da regra de fé no segundo e terceiro séculos, veja Hartog (2007, p. 65-86); Grech (1998); Hanson (1962, p. 75-129).

²⁷ Em termos de cânon, Irineu “reconheceu e apelou para a mesma coleção de escritos cristãos como é listado no fragmento muratoriano, com a exceção de que ele incluiu 1 Pedro, que não é mencionado ali”. Contudo, Bruce argumenta que nós não deveríamos atribuir a Irineu a ideia de “um cânon ‘fechado’ pelo fato de posterior adição a ele; mas ele foi visto como um *corpus* coerente, contendo vinte e dois livros—todos os livros do Novo Testamento final, exceto Hebreus, Tiago, 2 Pedro, 3 João e Judas” (Bruce, 1988, p. 77).

²⁸ Veja Irineu (*Against Heresies* 1.8.1).

²⁹ Para Irineu (*Against Heresies* 1.9.4), alguém “que retém imutavelmente em seu coração a regra da verdade que ele recebeu por meio do batismo, vai sem dúvida reconhecer os nomes, as expressões e as parábolas tomadas das Escrituras, mas não irá reconhecer de forma alguma o uso blasfemo que esses homens fazem deles.” (Roberts et al, 1997, p. 330).

³⁰ Como Henderson (2001, p. 115) indica, “o que tem sido chamado de ‘regra de fé’ é o conjunto de pressuposições hermenêuticas, derivadas do próprio cânon, que tem sido empregado ao longo da história da igreja em seu esforço para definir o que ela deveria ensinar e como ela deveria viver”.

³¹ Para Irineu (*Against Heresies* 1.9.4), o sistema deles não é derivado do que “os profetas anunciaram, nem do que o Senhor ensinou, nem do que os apóstolos comunicaram.” Antes, “eles reúnem suas visões de outras fontes que não são as Escrituras” e as comunicam usando a linguagem das “parábolas do Senhor, as falas dos profetas e as palavras dos apóstolos, para que os seus esquemas não pareçam totalmente sem fundamento”. Ele conclui que essa prática de “coleccionar um conjunto de expressões e nomes espalhados aqui e ali [nas Escrituras]” distorcem “o seu sentido natural para o sentido não-natural” (Roberts et al., 1997, p. 330).

³² Green (2011, p. 4) argumenta que essa retomada não significa simplesmente “voltar no tempo,” mas “um *ressourcement* [retorno às fontes] [...] que leva a sério o impacto da relação das Escrituras com a igreja no remodelar o trabalho dos estudos bíblicos críticos”. Similarmente, Vanhoozer (2005a, p. 19) afirma que, “embora a chamada interpretação pré-crítica levou a autoridade bíblica a sério e buscou ler para a edificação da igreja, eles eram vulneráveis em três pontos: eles podem falhar ao lidar com texto de forma séria em seu contexto histórico. Eles podem falhar ao integrar o texto na teologia do AT ou NT como um todo. Eles podem ser insuficientemente críticos ou inconscientes de suas próprias pressuposições e perspectivas”.

³³ Como pode ser observado ao longo do artigo, as citações diretas de Irineu e Tertuliano são tomadas da tradução em inglês de suas obras em Roberts, A. et al. (Ed.). *The Ante-Nicene Fathers: Translations of the Writings of the Fathers Down to A.D. 325*. Desse modo, a ausência de Irineu e Tertuliano na lista de referências deste artigo não é um equívoco, uma vez que Roberts, A. et al. está presente na lista.

Recebido em 26/03/2017, revisado em 02/10/2017, aceito para publicação em 29/01/2018.